

Soluções arbitrárias não agradam credores europeus

Heitor Tepedino
correspondente

Londres — O anúncio pelo Financial Times — jornal lido pela maioria dos banqueiros europeus — em sua edição de ontem, de que o Brasil estava sob estado de emergência criou um clima de apreensão junto aos banqueiros, principalmente por afirmar que a medida transferia para o presidente João Figueiredo, temporariamente, poderes para proibir manifestações públicas de trabalhadores, censurar correspondência e as telecomunicações e permitir a prisão domiciliar.

Em apenas 18 linhas na primeira página, o Financial Times acrescentou na matéria intitulada "Estado de Emergência Decretado no Brasil", que a medida "tem de ser aprovada pelo Congresso civil, eleito popularmente, o presidente comanda um regime militar de 19 anos". Em seguida, acrescenta que "a medida veio no momento em que o Congresso votava a lei que reduz os reajustes salariais, enquanto o governo disse que precisava garantir bilhões de dólares da dívida externa do Brasil".

Apesar de na parte da tarde os banqueiros terem tomado conhecimento de que o estado de emergência estava restrito a Brasília, observou-se que os credores do Brasil ficariam contrariados com soluções arbitrárias, mesmo que os favorecessem. Com os problemas existentes neste momento em países comunistas como a Iugoslávia, Polônia, entre outros, existe um clima de repúdio pelo próprio sistema financeiro internacional aos regimes de força, que já demonstraram total incapacidade de solucionar os seus problemas, mesmo com tanques e soldados armados nas portas dos sindicatos e das fábricas.

Além disto, com o Congresso dos Estados Unidos sempre dando a última palavra sobre a política econômica daquele país, inclusive neste momento cria um grande suspense sobre a aprovação ou não do aumento da quota dos EUA junto ao FMI, para

socorrer os países endividados, os cidadãos e os próprios banqueiros e os países democratas não estão acostumados a pensar na possibilidade de

se contrariar o desejo votado e manifestado por um parlamento.

Segundo um banqueiro da City, junto com uma nova política salarial que desse mais flexibilidade de negociação e que oferecesse ao governo um certo grau de controle, seria mais justo reduzir em escala maior os gastos públicos das empresas estatais, que são altamente inflacionários, bem como poderia ser adotado neste período de crise o sistema sueco de taxação dos lucros do sistema financeiro, estabelecendo-se alíquotas maiores de Imposto de Renda para os lucros também maiores. Com isto, se imporia um sacrifício maior para os que ganham mais, já que se sabe que o salário no Brasil está bem aquém do razoável.

Sabe-se, também, do esforço do governo brasileiro no sentido de seguir a inversão da tendência ascendente da inflação, que tecnicamente solicita uma alteração na lei salarial, mas encontrando-se uma fórmula que não significasse um confronto entre o Executivo e o poder Legislativo, que fatalmente só poderá trazer prejuízos para todo o País.

Desta forma, mesmo sendo mais trabalhoso, observa-se que o sistema financeiro internacional irá negociar com mais respeito com o governo brasileiro dentro de um clima democrático. Eles próprios reconhecem que com uma população de 120 milhões de habitantes, a sua dimensão geográfica, grande produtor de matérias-primas e com um parque industrial já competitivo na área internacional, o Brasil não pode agir como um Chile ou uma Polônia, tendo de haver um denominador comum que viabilize um entendimento político entre o Congresso e o Executivo, respeitando-se os direitos constitucionais de cada um. O poder Executivo tem os seus problemas e graves obstáculos para superar, como o Congresso Nacional também tem um compromisso com a população.